

ESP-AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.

Uniformes 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	392601-ESP-AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	AILTON SANTINI RAMOS	30/01/2026 13:17 (v 0.6)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		134.00020086/2025-92

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE ISPER RODRIGUES BARNABE

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 13:16:41.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - Edital.pdf (504.32 KB)
- Anexo II - ANEXO II - Termo de Referencia.pdf (132.41 KB)
- Anexo III - ANEXO III - Estudo Tecnico Preliminar.pdf (2.15 MB)
- Anexo IV - ANEXO IV - Minuta da Nota de Empenho.pdf (798.59 KB)
- Anexo V - ANEXO V - Modelo de Planilha de Proposta.pdf (210.33 KB)
- Anexo VI - ANEXO VI - Modelo de declaracoes.pdf (162.16 KB)
- Anexo VII - ANEXO VII - Planilha Orcamentaria.pdf (186.36 KB)
- Anexo VIII - ANEXO VIII - Minuta da Ata.pdf (427.4 KB)

PREGÃO ELETRÔNICO 90001/2026

CONTRATANTE (UASG)
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETO
Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços de confecção de uniformes personalizados para o quadro funcional da ARTESP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 588.302,49 (quinhentos e oitenta e oito mil, trezentos e dois reais e quarenta e nove centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 19/02/2026 às 08h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço global

MODO DE DISPUTA:
aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	16
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	17
11. DOS RECURSOS	18
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23

**AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

(Processo Administrativo nº 134.00020086/2025-92)

Torna-se público que a **Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, por meio da **Superintendência de Administração Interna - SUADI**, sediada na **Rua Iguatemi, 105, Itaim Bibi - São Paulo - SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços de confecção de uniformes personalizados para o quadro funcional da ARTESP**, enquadrando-se como serviços comuns não contínuos e não definidos como serviços de engenharia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do

sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. A participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123,

de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

Valor total do item;

5.1.1. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.19. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.22. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.23. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 6.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.24.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.24.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.24.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.24.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.24.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.24.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.24.2.2. empresas brasileiras;

6.24.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.25.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.25.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do

pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.26. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.13. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

- 8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
-

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea “a” da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A [fase de apresentação de amostra(s) / de execução de prova de conceito que seja exigida na documentação que integra este Edital, quando houver, e a] habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico: vistas@artesp.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preços (caso se trate de licitação para registro de preços)] no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 5% a 30% do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 5% a 30% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato.

- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou a ata de registro de preços (caso se trate de licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.21. Tratando-se de licitação para registro de preços:

12.21.1. Será da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.21.2. Será da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.21.3. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências descritas na subdivisão anterior.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): **andrea.paradela@artesp.sp.gov.br, lcheosorim@artesp.sp.gov.br, giorgio.shinzaki@artesp.sp.gov.br, ailton.ramos@artesp.sp.gov.br (obs: todos os e-mails devem ser copiados no momento do envio).**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas **no sistema e no sítio eletrônico na Internet www.artesp.sp.gov.br**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

- 14.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.11. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.artesp.sp.gov.br.
- 14.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 14.14.1. ANEXO II - Termo de Referência;
- 14.14.2. Anexo III – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.14.3. ANEXO IV – Minuta de Nota de Empenho;
- 14.14.4. ANEXO V – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;
- 14.14.5. ANEXO VI – Modelo(s) de Declaração(ões);
- 14.14.6. ANEXO VII – Planilha orçamentária;
- 14.14.7. ANEXO VIII – Minuta de Ata de Registro de Preços.

São Paulo, 30 de janeiro de 2026

ANDRÉ ISPER RODRIGUES BARNABÉ
Diretor-Presidente

ESP-AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.ESP.SP.

Termo de Referência 96/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
96/2025	392601-ESP-AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.ESP.SP.	MARIANA PEREIRA MALDONADO	13/01/2026 14:00 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		134.00020086/2025-92

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços de confecção de uniformes personalizados para o quadro funcional da ARTESP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT SER	CÓD. BEC	UNID. DE MED.	QUANT TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	COLETE OPERACIONAL				574	R\$ 142,68	R\$ 81.898,32
2	CAMISA POLO – FISCALIZAÇÃO COR ARGILA				287	R\$ 70,18	R\$ 20.141,66
3	CAMISA POLO – FISCALIZAÇÃO COR LARANJA				287	R\$ 70,18	R\$ 20.141,66
4	CAMISA POLO – FISCALIZAÇÃO COR AREIA				287	R\$ 70,18	R\$ 20.141,66
5	CAMISA POLO – “APOIO À FISCALIZAÇÃO” COR ARGILA				50	R\$ 70,18	R\$ 3.509,00
6	CAMISA POLO – “APOIO À FISCALIZAÇÃO” COR LARANJA				50	R\$ 70,18	R\$ 3.509,00
7	CAMISA POLO – “APOIO À FISCALIZAÇÃO” COR AREIA				50	R\$ 70,18	R\$ 3.509,00
8	CAMISA POLO – SOCIAL COR ARGILA				287	R\$ 68,18	R\$ 19.567,66
9	CAMISA POLO – SOCIAL COR LARANJA				287	R\$ 68,18	R\$ 19.567,66

		10030	133051	Unid.			
10	CAMISA POLO – SOCIAL COR AREIA				287	R\$ 68,18	R\$ 19.567,66
11	CAMISA SOCIAL – COR ARGILA				287	R\$ 124,79	R\$ 35.814,73
12	CAMISA SOCIAL – COR AREIA				287	R\$ 124,79	R\$ 35.814,73
13	CALÇA CARGO SOCIAL				287	R\$ 95,56	R\$ 27.425,72
14	CALÇA CARGO OPERACIONAL				287	R\$ 102,76	R\$ 29.492,12
15	BONÉ ESTILO BASEBALL				287	R\$ 43,20	R\$ 12.398,40
16	CHAPÉU AUSTRALIANO – COR AREIA				143	R\$ 56,78	R\$ 8.119,54
17	CHAPÉU AUSTRALIANO – COR ARGILA				144	R\$ 56,78	R\$ 8.176,32
18	MOLETOM LARANJA QUEIMADO - INSTITUCIONAL				287	R\$ 152,98	R\$ 43.905,26
19	MOLETOM ARGILA - ADMINISTRATIVO				287	R\$ 152,98	R\$ 43.905,26
20	CASACO OPERACIONAL				287	R\$ 248,73	R\$ 71.384,08
21	CAPA DE CHUVA				287	R\$ 188,30	R\$ 54.042,10
22	TARJETA EM VELCRO	287	R\$ 21,85	R\$ 6.270,95			
VALOR TOTAL MÉDIO DA CONTRATAÇÃO				R\$ 588.302,49			

**** Os valores médios foram arredondados.**

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis meses, contados do(a) emissão da Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.3.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

1.3.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

1.3.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021

1.3.3. Não obstante o prazo estipulado na subdivisão anterior, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

1.4. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a partir da data da homologação do certame.

1.5. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-Fipe, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.5.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.5.1.1. Caso seja(m) realizado(s) reajuste(s) dos preços da ata, somente caberá reajuste dos preços de eventual contratação dela decorrente se for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajuste dos preços da ata anterior à celebração da contratação

1.5.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.5.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.5.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.5.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.5.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 05051955000191-0-000001/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 30/06/2025;

III) Id do item no PCA: 135;

IV) Classe/Grupo: 881 – Serviços de Manufatura em Insumos Físicos que são de Propriedade de Outros (Exceto Maquinaria e Equipamento);

V) Identificador da Futura Contratação: 392601-55/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Da Exigência de Amostra(s)

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra(s), que terá(ão) data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores participantes.

4.5. Será(ão) exigida(s) amostra(s) dos seguintes itens objeto da presente contratação, em qualquer tamanho e nas quantidades indicadas abaixo:

- **Item 1 – Colete Operacional:** 01 (um) exemplar;
- **Itens 2, 3 e 4 – Camisa Polo – Modelo Fiscalização (nas cores Argila, Laranja e Areia):** 01 (um) exemplar de cada cor;
- **Itens 5, 6 e 7 – Camisa Polo – Modelo “Apoio à Fiscalização” (nas cores Argila, Laranja e Areia):** 01 (um) exemplar de cada cor;
- **Itens 8, 9 e 10 – Camisa Polo – Modelo Social (nas cores Argila, Laranja e Areia):** 01 (um) exemplar de cada cor;
- **Itens 11 e 12 – Camisa Social (nas cores Argila e Areia):** 01 (um) exemplar de cada cor;
- **Item 13 – Calça Cargo Social:** 01 (um) exemplar;
- **Item 14 – Calça Cargo Operacional:** 01 (um) exemplar;
- **Item 15 – Boné estilo baseball:** 01 (um) exemplar;
- **Itens 16 e 17 – Chapéu Australiano (nas cores Areia e Argila):** 01 (um) exemplar de cada cor;
- **Item 18 – Moletom Laranja Queimado - institucional:** 01 (um) exemplar;
- **Item 19 – Moletom Argila - administrativo:** 01 (um) exemplar;
- **Item 20 – Casaco Operacional:** 01 (um) exemplar;
- **Item 21 – Capa de Chuva:** 01 (um) exemplar;
- **Item 22 – Tarjeta em Velcro:** 01 (uma) unidade.

4.6. A(s) amostra(s) poderá(ão) ser entregue(s) no endereço Rua Iguatemi, nº 105 – Itaim Bibi, São Paulo/SP, no prazo limite de 10 (dez) dias a contar da solicitação, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8. No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra(s) fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1. Todos os itens listados serão avaliados pela área técnica da Administração, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e submetidos a testes pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, quando for o caso.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a contar da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. A execução dos serviços deverá seguir para as seguintes etapas:

5.1.2.1. Etapa 1 - Recebimento da Ordem de Serviço pelo fornecedor: até dois dias úteis após o envio da OS (ordem de serviço), o fornecedor deverá confirmar o recebimento por e-mail institucional;

5.1.2.2. Etapa 2 – Produção dos Uniformes: em até 40 (quarenta) dias úteis após o envio da OS, o fornecedor deverá confeccionar os uniformes conforme as especificações técnicas, tamanhos e quantidades descritas no ETP e na OS;

5.1.2.3. Etapa 3 – Entrega dos uniformes: imediatamente após a conclusão da produção, dentro do prazo estipulado, a contratada deverá realizar a entrega de forma única, com todos os itens completos, de acordo com a relação de materiais fornecida pela ARTESP.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão entregues na Sede da ARTESP, situada à Rua Iguatemi, nº 105. São Paulo/SP – CEP: 01451-011.

5.3. Os uniformes deverão ser entregues, impreterivelmente, das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Condições de entrega:

5.4.1.1. Os produtos deverão ser entregues embalados de forma individualizada, com identificação do item e do tamanho.

5.4.1.2. Cada volume deve conter a descrição do conteúdo e do número do processo de contratação, descritos legivelmente.

5.4.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência e aprovação pela equipe responsável da ARTESP, mediante ateste formal.

5.4.2. Aceitação do objeto:

5.4.2.1. O recebimento definitivo dos uniformes ficará condicionado à conferência quantitativa e qualitativa dos produtos, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

5.4.2.2. Caso sejam identificados defeitos ou não conformidades, os itens deverão ser substituídos pelo fornecedor no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação formal.

5.4.2.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens fornecidos com vícios, defeitos ou incorreções

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. Caixas de papelão ou material equivalente, resistentes e de tamanho compatível, para acondicionamento coletivo dos uniformes, com separação por categoria (por exemplo: coletes, camisas polo, camisas sociais etc.) e por numeração, devidamente identificadas com etiquetas legíveis, contendo: tipo de uniforme, quantidade, numeração e destino/setor, quando aplicável;

5.5.2. Sacos plásticos transparentes, resistentes e com sistema de fechamento (ziploc, lacre ou similar), para acondicionamento individual de cada item, identificados com etiqueta contendo, no mínimo, o tipo de uniforme e a numeração correspondente, de forma a garantir a organização, proteção e rastreabilidade dos itens até sua entrega final;

5.5.3. O contratado deverá promover a substituição imediata de quaisquer embalagens que apresentem avarias ou estejam em condições inadequadas para acondicionamento e transporte, de modo a garantir a integridade dos produtos fornecidos.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda da ARTESP tem como base as seguintes características que deverão ser consideradas para fins de elaboração da proposta comercial, planejamento de produção, armazenamento e logística de entrega:

5.6.1. Quantitativos estimados por tipo de uniforme, categoria funcional e grade de tamanhos, conforme especificações constantes no item 1 deste TR; os quantitativos foram definidos com base em levantamento das áreas demandantes e estão sujeitos a variações conforme necessidade administrativa;

5.6.2. Os uniformes deverão atender a critérios de durabilidade, conforto, identidade visual e segurança (quando aplicável), respeitando os padrões de personalização e padronização definidos pela Agência, bem como as normas técnicas de vestuário profissional, especialmente para atividades externas e operacionais.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada de acordo com relatório de medição, considerando o atendimento das especificações contidas no ETP, notadamente quanto a qualidade e o quantitativo dos uniformes entregues.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a entrega dos uniformes solicitados, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do

desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** o período respectivo de execução do contrato;
- e)** o valor a pagar; e
- f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.18. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.24.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.24. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.24.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.24.1.1. Quantidade mínima de fornecimento similar de 50% (cinquenta por cento) do objeto do certame.

8.24.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.24.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.24.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.25. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a)** Cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b)** Atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.26. Tratando-se de consórcio:

8.26.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a)** Designação do consórcio e sua composição;
- b)** Finalidade do consórcio;
- c)** Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d)** Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e)** Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f)** Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g)** Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h)** Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.26.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.26.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.26.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.27. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.27.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.27.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.27.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.27.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 588.302,49 (quinhentos e oitenta e oito mil, trezentos e dois reais e quarenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da ARTESP.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 392601/ 39057;

II) Fonte de Recursos: 50140001;

III) Programa de Trabalho: 26.122.3936.6092.0000;

IV) Elemento de Despesa: 33.90.39;

V) Plano Interno: 000.000.010;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEXSANDRO BATISTA DA SILVA

Analista de Suporte à Regulação de Transporte II



Assinou eletronicamente em 13/01/2026 às 14:00:06.

ESP-AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.ESP.SP.

Estudo Técnico Preliminar 40/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 134.00020086/2025-92

2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação de serviços especializados em confecção de uniformes para os empregados públicos, servidores e cedidos da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, por meio de registro de preços, é medida necessária para assegurar a padronização visual, a identificação institucional, a segurança ocupacional e a adequada apresentação dos profissionais no exercício de suas atribuições, especialmente nas atividades externas de natureza fiscalizatória.

2.2. Os uniformes são indispensáveis para o desempenho das funções desenvolvidas em ambientes externos e operacionais, como rodovias concedidas, terminais de transporte, vias públicas, aeroportos e demais instalações vinculadas à atuação da Agência. A utilização de vestimentas padronizadas favorece a rápida identificação dos empregados e agentes de fiscalização por parte da população, das concessionárias de serviços públicos delegados, de outras autoridades públicas e parceiros institucionais, conferindo maior legitimidade, autoridade e segurança às atividades desenvolvidas.

2.3. A padronização dos uniformes observa as diretrizes estabelecidas pela Portaria ARTESP nº 59, de 05 de junho de 2025, alterada pela Portaria ARTESP nº 84, de 10 de julho, de 2025, que define os modelos, cores, tecidos, elementos de identidade visual e demais especificações técnicas aplicáveis, com base nas peculiaridades do ambiente de trabalho e nas condições climáticas às quais os agentes estão expostos. Além disso, os uniformes devem garantir conforto térmico, mobilidade e proteção adequada ao desempenho das funções e confirmar a identidade da Agência.

2.4. A presente contratação está fundamentada nos princípios que regem a administração pública, especialmente os previstos no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os princípios da eficiência, da economicidade e da supremacia do interesse público. Também atende às exigências contidas nos arts. 3º e 4º do Decreto Estadual nº 68.017/2023, que trata da governança das contratações públicas no Estado de São Paulo, exigindo o devido planejamento, a avaliação de riscos e a compatibilidade entre os objetos contratados e os objetivos institucionais.

2.5. Por fim, a necessidade contempla tanto a reposição dos uniformes desgastados pelo uso contínuo em campo quanto o fornecimento de kits completos para novos agentes ingressantes, assegurando que todos os empregados da Agência envolvidos em atividades operacionais estejam devidamente equipados e uniformizados, conforme as normas internas e os padrões institucionais estabelecidos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência de Administração Interna - SUADI/RH	Mariana Pereira Maldonado

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A Contratada deverá prestar serviços especializados de confecção de uniformes para os empregados da ARTESP, conforme especificações técnicas previstas na Portaria ARTESP nº 59, de 05 de junho de 2025, alterada pela Portaria ARTESP nº 84, de 10 de julho de 2025.

4.2. Todas as peças deverão atender a critérios de qualidade, durabilidade, conforto térmico, visibilidade e segurança, conforme as condições ambientais e de trabalho dos empregados.

4.3. Os uniformes deverão conter a identificação visual da ARTESP, com logotipos e inscrições conforme os padrões gráficos definidos em manual de identidade visual da Agência e do Estado de São Paulo, e nas diretrizes da Portaria específica.

4.4. A contratação abrangerá:

4.4.1. Fornecimento integral de peças de vestuário institucional, incluindo camisas polo (manga curta), camisa (manga longa), calças cargo, jaquetas, coletes, bonés, entre outros itens descritos neste Estudo Técnico Preliminar, todos confeccionados conforme as especificações técnicas e os padrões de identidade visual estabelecidos pela Agência.

4.4.2. Personalização dos uniformes, com aplicação de logotipos, tarjas refletivas e outras sinalizações, de acordo com o Manual de Identidade Visual da ARTESP e do Estado de São Paulo, e demais orientações normativas vigentes.

4.4.3. Apresentação prévia de amostras para aprovação, assegurando o atendimento aos requisitos de qualidade, resistência, segurança e conforto exigidos para a atuação dos empregados, servidores e cedidos da ARTESP.

4.5. A solução considera o atendimento às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, em especial quanto ao planejamento prévio, à definição clara do objeto e à observância do interesse público, bem como os princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade, conforme disposto no Decreto Estadual nº 68.017/2023.

4.6. O processo de contratação será conduzido por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço global, visando garantir maior competitividade e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Condições de Entrega

4.7. A entrega total dos uniformes deverá ocorrer no prazo de até 40 (quarenta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

4.7.1. Os produtos deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas descritas, acompanhados de prazo de garantia conforme estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) contra defeitos de fabricação, assegurando principalmente a durabilidade dos uniformes.

Normas Técnicas e Sustentabilidade

4.8. Os materiais utilizados na confecção dos uniformes deverão atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis (como as normas da ABNT) e, sempre que possível, ser produzidos com critérios de sustentabilidade ambiental, priorizando processos e insumos que reduzam impactos ambientais, promovam eficiência no uso de recursos e incentivem a reutilização ou reciclagem.

Da Exigência de Garantia

4.9. Não haverá exigência de garantia da contratação, visto que o pagamento dos uniformes está condicionado à entrega dos itens, em total conformidade com as especificações desse ETP. Portanto, o risco financeiro à ARTESP fica mitigado nesta ocasião, não sendo necessária a exigência da garantia.

Da vedação de marcas ou modelos

4.10. A Administração optou por suprimir a indicação de marcas ou modelos específicos no Termo de Referência, em atenção aos princípios da isonomia, da impessoalidade e da seleção da proposta mais vantajosa, conforme estabelecido no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

4.11. A definição do objeto foi realizada por meio da descrição das características técnicas essenciais de desempenho, qualidade, segurança e funcionalidade dos uniformes, de modo a permitir a ampla competitividade e a participação de diversos fornecedores que atendam às especificações estabelecidas.

4.12. Tal medida visa evitar direcionamento da licitação, bem como assegurar que a Administração adquira produtos que atendam aos requisitos de desempenho necessários, independentemente da marca comercial, privilegiando a economicidade e a ampla participação de interessados.

Das amostras

4.13. Antes da apreciação dos documentos de habilitação, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública para que o licitante detentor da melhor oferta apresente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, amostra(s) do(s) produto(s) objeto desta licitação na(s) seguinte(s) quantidade(s):

Descrição		Quantidade exigida
1	Colete Operacional	1 (um), de qualquer tamanho;
2	Camisa Polo - Modelo fiscalização	1 (uma), de cada cor, de qualquer tamanho;
3	Camisa Polo - Modelo “apoio à fiscalização”	1 (uma) de cada cor, de qualquer tamanho;
4	Camisa Polo - Modelo social	1 (uma) de cada cor, de qualquer tamanho;
5	Camisa Social	1 (uma) de cada cor, de qualquer tamanho;
6	Calça cargo social	1 (uma) de qualquer tamanho;
7	Calça cargo operacional	1 (uma) de qualquer tamanho;
8	Boné estilo baseball	1 (um);
9	Chapéu Australiano	1 (um) de cada cor;
10	Moletom laranja queimado - institucional	1 (um), de qualquer tamanho;
11	Moletom argila - administrativo	1 (um), de qualquer tamanho;
12	Casaco operacional	1 (um), de qualquer tamanho;
13	Capa de chuva	1 (um), de qualquer tamanho;
14	Tarjeta em velcro	1 (uma).

4.13.1. Enquanto não expirado o prazo de entrega, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações na amostra apresentada;

4.13.2. A amostra deverá ser acompanhada do Protocolo de Entrega de Amostra, o qual será subscrito por um representante da área técnica e juntado aos autos do processo;

4.13.3. As amostras serão avaliadas pela área técnica a fim de verificar a conformidade do produto ofertado com a descrição e as especificações constantes deste ETP.

4.13.3.1. Se a amostra for aceita, o Pregoeiro retomar a sessão pública informando os demais licitantes dessa decisão e prosseguirá para a avaliação dos requisitos de habilitação. A quantidade de produtos apresentados como amostra serão subtraídos do quantitativo total a ser entregue pelo licitante vencedor;

4.13.3.2. Se a amostra for rejeitada, ou não for entregue no prazo estabelecido, a proposta será desclassificada e o Pregoeiro retomar a sessão pública para convocar o licitante detentor da segunda melhor oferta a apresentar as suas amostras, observado o mesmo prazo e as mesmas condições do primeiro colocado.

4.14. A decisão que aceitar ou rejeitar a amostra será formalizada por despacho fundamentado.

4.15. A finalidade da amostra é permitir que Administração possa se certificar de que os uniformes ofertados pelo licitante atendam a todas as condições e especificações técnicas necessárias.

4.16. Caso não fossem exigidas as amostras, a Administração arcaria com inevitáveis prejuízos considerando que só se perceberia a não conformidade do material após a homologação do certame, no momento da entrega ou posteriormente. A simples exigência de amostra como requisito para a aceitabilidade das propostas resulta na diminuição do risco em se receber o objeto fora das especificações exigidas.

Justificativa para exigência de qualificação técnica

4.17. A exigência de qualificação técnica nesta contratação justifica-se pela natureza específica e operacional do objeto, que exige padrões rigorosos de qualidade, durabilidade, visibilidade e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pela ARTESP por meio da Portaria nº 59/2025 e alterações.

Da escolha pelo Sistema de Registro de Preços

4.18. Nos termos do art. 3º, inciso I, do Decreto nº 11.462/2023, o uso do SRP é adequado quando há necessidade de contratações frequentes ou entregas parceladas, o que se aplica à presente contratação, uma vez que os uniformes serão fornecidos sob demanda, ao longo do período de validade da ata, conforme a substituição ou necessidade operacional dos empregados da ARTESP.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Conforme dispõe o inciso V do § 1º do art. 18 da Lei n. 14.133/2021, bem como o art. 9º, inciso III, o levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas de possíveis soluções para as necessidades da Administração.

5.2. Assim, foram levantadas duas possibilidades no mercado:

a) Contratação de empresa para confeccionar uniformes padronizados – viável

Vantagens:

- Não há custo relacionado à gestão contratual contínua, uma vez que os itens serão empenhados apenas conforme a necessidade da Agência. Dessa forma, o recebimento do objeto é simples e não há necessidade de acompanhamento periódico da execução contratual.
- A confecção de produtos novos assegura a integridade dos uniformes, sendo sempre possível acionar as garantias legais em caso de defeitos de fabricação. Isso garante que os colaboradores recebam itens em perfeitas condições de uso, que atendam aos padrões de qualidade, conforto e segurança exigidos, bem como às normas de apresentação e padronização visual da ARTESP.

Desvantagens:

- Uma vez colocados em uso, a vida útil dos uniformes varia de acordo com fatores como frequência de utilização, condições climáticas, tipo de serviço executado e processos de lavagem, tornando necessária a reposição periódica dos itens.

b) Locação de uniformes – inviável

Vantagens:

- Elimina custos de contratações esporádicas decorrentes de necessidades de reposição ou da entrada de novos colaboradores, uma vez que o contrato de locação pode prever cláusula com quantitativo flexível, adaptado à demanda da Administração.

Desvantagens:

- O custo da locação tende a ser superior ao da aquisição direta.
- A gestão e fiscalização contratual é mais complexa e onerosa, pois, para contratos de prestação continuada, é necessário designar servidor para acompanhar periodicamente o cumprimento das cláusulas, realizar conferências, fiscalizar substituições e autorizar pagamentos periódicos, normalmente mensais.
- Maior risco de receber peças que não estejam em perfeito estado de conservação, o que pode comprometer a apresentação visual e o conforto dos usuários.

5.3. Por todo o exposto, a opção mais vantajosa para a Administração e que se mostra viável para atender à necessidade da ARTESP é a aquisição de uniformes personalizados.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução a ser contratada consiste na aquisição de uniformes padronizados completos para os empregados da ARTESP, abrangendo todas as etapas necessárias para o pleno atendimento das necessidades institucionais, conforme estabelecido na Portaria ARTESP nº 59, de 05 de junho de 2025.

6.2. Conforme art. 2º da Portaria, os uniformes serão compostos pelas seguintes peças:

6.2.1. COLETE OPERACIONAL	
1. Finalidade	
Vestimenta de Segurança e identificação visual destinado aos empregados públicos e servidores da ARTESP em atividades de campo, especialmente em áreas de tráfego rodoviário, obras e serviços de manutenção. Atende às normas para permitir que o trabalhador seja mais bem visualizado, tenha conforto térmico e resistência.	
2. Especificações Técnicas	
2.1. Tecido e Material	
Composição:	100% poliéster, tipo Oxford, com enchimento térmico matelassado.
Cor predominante:	Laranja fluorescente. (alta visibilidade – Classe 2 segundo ABNT NBR 15292).
Forro interno:	Poliéster liso, com acabamento antialérgico.

Tratamento superficial:	Resistente à água (WR – Water Repellent) e antimoho.
Fechamento frontal:	Zíper de nylon de alta resistência, com puxador reforçado e aba de proteção interna.
2.2. Faixas refletivas	
Material:	Tecido refletivo prismático prateado de alta intensidade (mínimo 330 cd /lux/m²).
Localização e largura:	Faixa horizontal refletiva de 5 cm ao nível do tórax (frente e costas).
	Faixa horizontal refletiva de 5 cm ao nível do abdômen (frente e costas).
	Faixa refletiva nas mangas (caso seja modelo com manga destacável).
	Duas faixas verticais de 5 cm sobre os ombros, interligando as horizontais.
2.3. Identificação visual	
Frente:	Lado direito superior (altura do peito) - Logomarca da ARTESP bordada em branco (bordado computadorizado, linha de poliéster).
	Lado esquerdo superior (altura do peito) - Brasão de Armas do Estado de São Paulo (bordado computadorizado, linha de poliéster).
Costas (centralizado na parte superior):	Logomarca ARTESP bordada em branco, centralizada.
	Logo institucional do Governo do Estado de São Paulo (brasão) em bordado colorido, centralizado logo abaixo.
2.4. Bolsos	
Dois bolsos frontais com aba e fechamento por botão de pressão.	
Localização:	Laterais inferiores (esquerdo e direito).
Medidas aproximadas:	15 cm x 20 cm cada.
Dois bolsos retangulares internos, ambos na parte inferior, um de cada lado, com fechamento em velcro.	

Costura dupla e reforço nos cantos inferiores.

Fechamento frontal com zíper.

Acompanha tarjeta em velcro para afiação na parte superior frontal direita.

2.5. Tarjeta em velcro

Posição:	Superior frontal direita, abaixo do logotipo.
Dimensões:	10 cm x 3 cm.
Material:	Base em velcro costurado com rebordo reforçado para afiação de identificações nominais.

3. Dimensões e tamanhos disponíveis

PP, P, M, G, GG, XG, XGG, EG e EGG.

Modelagem unissex com ajuste anatômico, gola alta e acabamento com viés reforçado.

4. Observações complementares

Produto deve ser utilizado sobre vestimentas, sem comprometer a mobilidade do colaborador. Recomenda-se a inspeção periódica do estado de conservação, especialmente das faixas refletivas. Atende aos requisitos de visibilidade diurna e noturna para atividades em rodovias.

5. Imagem ilustrativa – colete operacional



6.2.2. CAMISA POLO

1. Finalidade

Uniforme institucional de uso diário, destinado aos empregados públicos e servidores e, quando necessário, à equipe de apoio da ARTESP envolvida em atividades de fiscalização de campo ou atividades administrativas.

2. Especificações Técnicas

2.1. Tecido e Material

Composição:	50% poliéster/ 50% algodão – malha piquet (polo tradicional), com gola do mesmo tecido.
Gramatura:	Aproximadamente 210 g/m².
Acabamento:	Antipilling, pré-encolhida, com costura reforçada nas laterais.

2.2. Cores disponíveis

Argila:	Tom terroso médio, de uso geral.
Laranja:	Tom vibrante e de alta visibilidade, adequado para maior destaque visual e segurança em atividades operacionais.
Areia:	Cor neutra e elegante, ideal para ambientes administrativos, visitas institucionais ou uso urbano.

2.3. Modelagem e estrutura

Modelagem:	Unisex, corte reto, gola tradicional com ribana canelada.
Abertura frontal:	Dois botões personalizados na vista embutida.
Mangas:	Curtas com acabamento em bainha dupla.
Barra inferior:	Reta, com pequenas aberturas laterais para melhor ajuste ao corpo.

3. Identidade visual e personalização

3.1. Modelo fiscalização

--	--

Frente:	Lado esquerdo do peito: Logotipo da ARTESP bordado integralmente em branco (ou preto com ícone vermelho, no caso da camisa cor areia)
	Lado direito do peito: Brasão do Governo do Estado de São Paulo bordado em cores oficiais.
Costas:	Palavra “ FISCALIZAÇÃO ” em caixa alta, centralizada e aplicada por silk-screen;
	- Cor branca (para camisas laranja e argila).
	- Cor preta (para camisa areia).

3.2. Modelo apoio à fiscalização

Frente:	Lado esquerdo do peito: Logotipo da ARTESP bordado integralmente em branco (ou preto com ícone vermelho, no caso da camisa cor areia)
	Lado direito do peito: Brasão do Governo do Estado de São Paulo bordado em cores oficiais.
Costas:	Expressão “ APOIO À FISCALIZAÇÃO ” em caixa alta, centralizada e aplicada por silk-screen;
	- Cor branca (para camisas laranja e argila).
	- Cor preta (para camisa areia).

3.3. Modelo social

Frente:	Lado esquerdo do peito: Logotipo da ARTESP bordado integralmente em branco (ou preto com ícone vermelho, no caso da camisa cor areia).
	Manga direita: Brasão do Governo do Estado de São Paulo bordado em cores oficiais.
Costas:	Modelo social: Costas lisa

4. Tamanhos disponíveis

PP, P, M, G, GG, XG, XGG, EG e EGG.
Modelagem unissex com possibilidade de ajuste feminino mediante demanda.

5. Aplicações por cor:

Argila: Fiscalizações de rotina, trabalho externo e deslocamentos administrativos em campo.

Laranja: Atividades de maior visibilidade e identificação em vias e áreas operacionais.

Areia: Atuação administrativa, reuniões institucionais ou representação formal.

6. Imagens ilustrativas - Camisa Polo

6.1. Modelo Fiscalização



6.2. Modelo Apoio à Fiscalização



6.3. Modelo Social



6.2.3. CAMISA SOCIAL

1. Finalidade

Peça de vestuário institucional voltada ao uso em ambientes administrativos e representativos, por servidores e empregados públicos da ARTESP.

2. Especificações Técnicas

2.1. Modelagem

- Camisa social de manga longa, com corte reto e caimento formal.
- Gola tradicional com entretela estruturada e colarinho com pontas médias.
- Dois bolsos chapados na altura do peito, um de cada lado, com acabamento superior reto.
- Punhos com fechamento por botão único e casa reforçada.
- Costas com pala dupla e pences discretas para melhor ajuste ao corpo.
- Abotoamento frontal com vista embutida e botões em tom similar ao tecido.

2.2. Tecido e composição

Tecido:	Sarja leve ou tricoline profissional.
Composição:	67% algodão e 33% poliéster.
Cores:	Areia (tom bege claro, elegante e neutro).
	Argila (tom marrom médio, da paleta institucional da ARTESP).
Gramatura:	110 a 140 g/m².
Acabamento:	Antipilling (não forma bolinhas).
	Toque suave e respirável.
	Fácil de passar e com baixa taxa de encolhimento.

2.3. Identidade visual (bordados)

Frente (lado esquerdo do peito):	Logotipo da ARTESP bordado em branco (modelo areia) ou em cor clara contrastante (modelo argila), logo acima do bolso esquerdo. <u>Dimensões aproximadas:</u> 9 cm de largura.
Demais áreas da camisa costas, mangas e bolso direito):	Lisas, sem marcações ou emblemas.

3. Tamanhos Disponíveis

Números:	PP, P, M, G, GG, XG, XGG, EG e EGG.
Modelagem:	Masculina e Feminina.

4. Aplicações

Uso em reuniões técnicas, representações externas, ambientes administrativos e atividades de fiscalização leve.

Adequada também para eventos institucionais, visitas a parceiros ou ações que envolvam interlocução com outros órgãos públicos e concessionárias.

5. Imagens Ilustrativas

5.1. Cor Argila



5.2. Cor Areia



6.2.4. CALÇA CARGO

1. Finalidade

Peça integrante do uniforme institucional da ARTESP, destinada a servidores e empregados públicos que atuam em atividades externas de fiscalização, inspeção e manutenção. Adequada para uso prolongado em campo, com múltiplos compartimentos para transporte de itens operacionais.

2. Especificações Técnicas

2.1. Material

Composição:	100% algodão sarja pesada (tipo ripstop ou similar), com tratamento anti-desbotamento.
Gramatura:	Aproximadamente 270 g/m².
Cor:	Marrom (padronizada segundo paleta institucional ARTESP).
Acabamento:	Pré-encolhida, resistente ao atrito e à lavagem frequente.

3. Estrutura e modelagem

3.1. Modelagem

Corte tático, levemente afunilado nas pernas para facilitar o uso com botas.

Cintura média com passantes largos (compatíveis com cintos operacionais).

Costura reforçada com travetes nos principais pontos de tensão.

3.2. Bolsos

Bolsos frontais:	Tipo faca (embutidos nas laterais da cintura), profundos e de fácil acesso.
Bolsos laterais:	Localizados na altura da coxa, com aba e fechamento reto (botão ou velcro), com capacidade para celular, bloco, fita métrica, entre outros.
Bolsos traseiros:	Dois bolsos chapados com aba e fechamento reto.

3.3. Fechamento

Braguilha com zíper de nylon grosso e botão plástico reforçado na cintura.

3.4. Modelos

- Modelo social:
- Modelo operacional (com faixas refletivas conforme imagem ilustrativa).

4. Faixas refletivas (aplicação no modelo operacional)

Material:	Tecido refletivo prismático prateado de alta intensidade (mínimo 330 cd/lux/m ²).
Localização e largura:	Faixa horizontal refletiva de 5 cm, posicionada acima dos joelhos.
	Faixa horizontal refletiva de 5 cm, posicionada abaixo dos joelhos.
Fixação:	Costura dupla reforçada

5. Tamanhos disponíveis

Números:	34 ao 58
-----------------	----------

Modelagem masculina e feminina.

6. Imagem Ilustrativa

6.1. Calça cargo: modelo social



6.2. Calça cargo: modelo operacional



6.2.5. BONÉ ESTILO BASEBALL

1. Finalidade

Peça integrante do uniforme institucional da ARTESP, com função de proteção solar, padronização visual e identificação profissional de servidores e empregados públicos em campo.


2. Especificações Técnicas

2.1. Modelo e estrutura

Modelo:	Boné estilo baseball (6 gomos).
Formato:	Aba curva tipo “bico de pato”, com cantos arredondados.
Tamanho:	Único, com ajuste posterior em velcro.
Altura da copa:	Média.
Circunferência ajustável:	Aproximadamente 54 cm a 62 cm.

2.2. Material e acabamento

Tecido externo:	Poliéster de alta tenacidade (sarjado), resistente à tração e ao desbotamento.
------------------------	--

Forro interno:	Tecido leve e respirável com faixa de absorção de suor.
Cor predominante:	Argila (padrão institucional da ARTESP).
Costura:	Reforçada, com 6 pespontos na aba e costuras duplas nos gomos.
2.3. Personalização (bordados)	
Frente (centralizado):	Logotipo da ARTESP bordado com alta definição.
	Cores: branco (tipografia) e vermelho (ícone “chevrons”).
	Dimensão: aproximadamente 9 cm (largura total).
Lateral esquerda:	Brasão do Governo do Estado de São Paulo bordado em linha colorida (vermelho, verde, prata e preto), com aproximadamente 5 cm de altura.
Fixação:	Bordado computadorizado direto no tecido externo, com reforço interno.
2.4. Sistema de fechamento:	
<p>Fecho em velcro ajustável, de alta resistência, com ponta reforçada e costura dupla.</p> <p>Cor do velcro compatível com o tecido (tom argila).</p>	
<u>3. Tamanhos e ajuste</u>	
<p>Tamanho único, com ajuste posterior adaptável à maioria dos formatos de cabeça (adulto unissex).</p> <p>Modelo ergonômico, leve e confortável para uso prolongado.</p>	
<u>4. Imagem ilustrativa</u>	
	

6.2.6. CHAPÉU AUSTRALIANO

1. Finalidade

Equipamento complementar ao uniforme institucional da ARTESP, destinado à proteção solar de servidores e empregados públicos em campo. Indicado para uso em rodovias, obras e ambientes externos, com foco em segurança, conforto térmico e identidade institucional.

2. Especificações Técnicas

2.1. Modelo e estrutura

Modelo:	Chapéu tipo australiano/ Chapéu proteção solar tipo australiano
Formato:	Cantos arredondados e tela de proteção solar removível na região do pescoço.
Tamanho:	Único.
Altura da copa:	Média, anatômica, estruturada em tecido duplo.
Aba:	Largura aproximada: 7 a 8 cm. Costura reforçada com pespontos para sustentação da forma.

2.2. Tecido

Composição:	100% poliéster com tratamento solar.
Proteção UV:	Fator de proteção solar (FPS): 30.
	Classificação UPF 50+ (bloqueio superior a 97,5% dos raios UVA e UVB).
Cores disponíveis:	Areia (para ambientes de alta exposição solar ou uso institucional).
	Argila (para identificação em campo ou ambientes operacionais).
Acabamento:	Antipilling (não forma bolinhas).
	Toque leve, respirável e de secagem rápida.

2.3. Proteção para o pescoço	
Modelo:	Pala traseira (lenço protetor) com extensão até a nuca.
Fixação:	Removível por botões de pressão discretos nas laterais.
Finalidade:	Proteção contra radiação solar direta e respingos.
2.4. Sistema de ajuste	
Barbiqueiro (cordão):	Cordão preto ajustável com regulador plástico e ponteiros reforçadas.
	Permite fixação sob o queixo para evitar deslocamento por vento.
Circunferência interna:	Aproximadamente 58 cm (tamanho único ajustável).
2.5. Personalização (bordados)	
Frente:	Logotipo da ARTESP bordado em branco (texto) e vermelho (ícone).
	Dimensão média: 8 a 10 cm de largura.
Lateral esquerda:	Brasão do Governo do Estado de São Paulo, bordado em cores oficiais (vermelho, verde, prata).
	Altura aproximada: 5 cm.
Tipo:	Bordado computadorizado com reforço interno.
3. Tamanhos disponíveis	
Tamanho único com ajuste interno por fita elástica ou cordão.	
6. Imagem Ilustrativa	
6.1. Cor areia	



6.2. Cor argila



6.2.7. MOLETOM

1. Finalidade

Vestimenta de uso institucional para servidores e empregados públicos da ARTESP, destinada ao conforto térmico em ambientes de clima ameno ou frio, com foco na identificação visual, padronização e conforto operacional.

2. Especificações Técnicas

2.1. Modelagem

Moletom de manga longa com capuz e bolso canguru.
Modelagem unissex, corte reto e confortável.
Capuz anatômico com forro interno e cordão ajustável

2.2. Cores disponíveis	
Laranja queimado (institucional):	Utilizado para identificação de servidores operacionais ou equipes de campo.
Argila (marrom claro):	Opção de cor neutra, adequada para ambientes administrativos e representações institucionais.
2.3. Tecido e acabamento	
Composição:	50% algodão / 50% poliéster.
Gramatura:	290 a 320 g/m ² (moletom felpado).
Acabamento interno:	Flanelado (peluciado) para maior isolamento térmico.
Punhos e barra:	Ribana canelada 2x1 com elastano.
Costura:	Reforçada nos ombros, laterais e manga.
2.4. Identidade visual	
Frente (lado esquerdo do peito):	Logotipo ARTESP bordado em branco.
	Dimensão: 8 a 10 cm de largura.
Costas:	Lisas (sem estampa), podendo receber personalização sob demanda.
3. Tamanhos disponíveis	
PP, P, M, G, GG, XG, XGG, EG e EGG. Modelagem padrão com possibilidade de ajustes conforme demanda institucional.	
4. Imagem Ilustrativa	
4.1. Cor laranja queimado	



4.2. Cor argila



6.2.8. CASACO OPERACIONAL

1. Finalidade

Peça integrante do uniforme institucional da ARTESP, desenvolvida para uso em climas amenos a frios, com foco na proteção térmica, identificação visual e conforto operacional em ambientes externos e de campo.

2. Especificações Técnicas

2.1. Modelagem

- Casaco estilo puffer (acolchoado), com capuz embutido na gola, ajustável e de fácil acesso por zíper invisível.
- Punhos do tipo canhão, ajustados com fechamento em botão de pressão.
- Corte reto com leve ajuste anatômico para mobilidade e conforto.

2.2. Material e acabamentos

Tecido externo:	Poliéster encorpado com tratamento repelente à água (WR).
Enchimento:	Manta acrílica térmica (150 g/m²).
Forro interno:	Tecido 100% poliéster liso.
Costura:	Pespontos horizontais, com reforço duplo nas áreas de movimentação (ombros, axilas e zíperes).
2.3. Fechamento	
Zíper frontal:	Em nylon, de abertura integral.
	Aba interna corta-vento com acabamento em viés.
2.4. Bolsos	
Bolsos Frontais:	Dois bolsos frontais inferiores com abas retas e botões de pressão.
Bolsos Laterais:	Dois bolsos embutidos laterais (estilo “mão quente”) com forro térmico.
2.5. Identidade visual (bordados)	
Frente:	Lado esquerdo do peito: Logotipo da ARTESP bordado em branco
	Lado direito do peito: Brasão do Governo do Estado de São Paulo bordado em cores oficiais.
Costas:	Logotipo da ARTESP centralizado na parte superior das costas (8 a 10 cm de largura).
Manga Direita:	Logotipo reduzido da ARTESP bordado próximo ao ombro.
<u>3. Tamanhos disponíveis</u>	
PP, P, M, G, GG, XG, XGG, EG e EGG. Modelagem masculina e feminina	
<u>4. Imagem Ilustrativa</u>	
4.1. Cor argila	



6.2.9. CAPA DE CHUVA

1. Finalidade

Peça de vestuário técnico destinada à proteção dos servidores e empregados públicos da ARTESP em condições climáticas adversas e em áreas de tráfego, com foco em visibilidade, impermeabilidade e segurança. A capa está adequada às normas regulamentadoras de segurança do trabalho (NR-6, NR-10 e NBR 15292).

2. Especificações Técnicas

2.1. Tecido e material

Composição:	Tecido 100% poliéster revestido com PVC de alta resistência (impermeável e lavável).
Cor predominante:	Laranja fluorescente (classe 2 de alta visibilidade).
Gramatura:	Mínimo de 220 g/m².
Forro interno:	Opcional, em malha de poliéster respirável.
Acabamento:	Costuras seladas eletronicamente para total impermeabilização.
Modelagem:	Corte reto, com mangas longas e capuz anatômico fixo.

2.2. Faixas refletivas

Material:	Tecido refletivo microprismático cinza-prateado de alta performance.
------------------	--

Disposição e dimensões:	Frente: 1 faixa horizontal na altura do tórax (5 cm). 1 faixa horizontal na altura do abdômen (5 cm). 2 faixas verticais sobre os ombros, interligando as horizontais. 1 faixa horizontal nas mangas (5 cm).
	Costas: 1 faixa horizontal na altura do tórax. 1 faixa horizontal na altura do abdômen. Continuação das faixas verticais dos ombros.
Fixação:	Costura dupla reforçada.
2.3. Identidade visual e personalização	
Logotipo ARTESP:	Aplicado por silk-screen branco.
	Frente (lado direito do peito): logo acima do local de afixação da tarjeta em velcro.
	Costas (centralizado na parte superior): logo em proporção aumentada para alta visibilidade.
Brasão do Governo do Estado de São Paulo:	Aplicação em silk-screen colorido.
	Frente (lado esquerdo do peito): centralizado abaixo da costura do ombro.
	Costas: centralizado logo abaixo da marca ARTESP.
2.4. Acessórios e detalhes funcionais	
Tarjeta em velcro:	Posição: superior frontal direita, abaixo do logotipo.
	Dimensões: 10 cm x 3 cm.
	Material: base em velcro costurado com rebordo reforçado para afixação de identificações nominais.
	Embutido e fixo.

Capuz:	Com aba frontal para escoamento de água e ajuste por cordão interno (opcional).
Fechamento frontal:	Zíper de nylon grosso com lapela protetora por botões de pressão.
Punhos:	Com regulagem em velcro para vedação.

3. Tamanhos disponíveis

PP, P, M, G, GG, XG, XGG, EG e EGG.
Modelagem unissex.

4. Imagem Ilustrativa

4.1. Cor Laranja



Normas:	Atender as Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho (NR-06, NR-10 e NBR 15292).
----------------	---

6.2.10. TARJETA EM VELCRO PARA USO NO COLETE E CAPA DE CHUVA

1. Finalidade

A tarjeta de identificação tem como objetivo permitir a rápida identificação nominal e do tipo sanguíneo dos servidores e empregados públicos da ARTESP, especialmente durante ações em campo, operações de fiscalização ou situações emergenciais. É de uso individual e afixada por meio de velcro nas peças superiores do uniforme institucional (coletes e capas de chuva).

<u>2. Especificações Técnicas</u>	
2.1. Tecido e material	
Tecido:	Tapé (sintético resistente, de aspecto encorpado).
Cor:	Preto.
Forro:	Reforçado com entretela rígida para maior estabilidade do bordado.
Durabilidade:	Resistente ao desgaste por atrito e à lavagem leve.
2.2. Dimensões	
Comprimento:	10 cm.
Altura:	3 cm.
<i>(Padrão institucional; pode variar levemente conforme o nome)</i>	
2.3. Personalização	
Bordado computadorizado em linha branca com:	Nome de guerra do(a) servidor(a) (primeiro nome e inicial do sobrenome ou forma identificadora padronizada).
	Tipo sanguíneo (ex: “O+”, “A-”) ao lado do nome.
Exemplo:	SILVA A+
2.4. Fixação	
Parte traseira:	Parte traseira com velcro macho (áspero) costurado em toda a superfície, para ser afixado nas bases de velcro fêmea existentes nos uniformes (colete e capa de chuva).
Fixação:	Firme e reposicionável.
<u>3. Aplicações</u>	
<p>Fixada no lado direito da parte frontal do colete de alta visibilidade e da capa de chuva institucional ARTESP.</p> <p>Essencial para identificação rápida em campo, especialmente em rodovias, obras, operações conjuntas e situações que demandem assistência médica emergencial.</p>	

4. Imagem Ilustrativa

RICHARD B-

6.3. Referência de cores

Cor	Aplicações	Pantone Aproximado	RGB	Amostra
Marrom Escuro	Calça tática, casaco puffer, botas, tênis	PANTONE 476 C	89, 58, 38	
Argila (Padrão)	Camisa social, polo	PANTONE 7572 C	183, 150, 77	
Argila (Mais Escura)	Boné, moletom e chapéu australiano	PANTONE 7569 C	149, 122, 61	
Areia (Padrão)	Camisa social, polo	PANTONE 7506 C	224, 202, 162	
Areia (Mais Escura)	Chapéu australiano (um tom acima da camisa/polo)	PANTONE 7503 C	198, 172, 125	
Laranja Queimado	Polo, moletom	PANTONE 159 C	196, 75, 6	
Laranja Vivo	Colete, capa de chuva de segurança	PANTONE 1585 C	255, 96, 0	
Preto	Fundo da tarjeta em velcro, detalhes de costura	Process Black C	0, 0, 0	
Branco	Escritos e logotipos em peças escuras	White	255, 255, 255	

Especificações do Logotipo

6.4. Brasão de armas do Governo do Estado de São Paulo



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

6.4.1. Heráldica: (Conjunto de emblemas do brasão) um escudo português vermelho e uma espada com o punho voltado para baixo sobre o cruzamento de um ramo de louro, à direita e um ramo de carvalho, à esquerda. A lâmina separa as letras "SP", tudo em prata.

6.4.2. Timbre: Uma estrela de prata.

6.4.3. Suportes: Dois ramos de cafeeiro frutificados, de sua cor, cujas hastes se cruzam abaixo.






6.4.4. Divisa: (Lema do Estado de São Paulo) Gravada em prata sobre faixa de esmalte. Em latim: "PRO BRASILIA FIANT EXIMIA", que significa: pelo Brasil façam-se grandes coisas.

6.4.4.1. Versão Vertical: O texto "Governo do Estado de São Paulo" quebrado em duas linhas, a partir da palavra "Estado", é centralizado. O Brasão é aplicado acima do texto, também centralizado.

6.4.5. Paleta de cores: As cores que encontramos no Brasão representam seus próprios elementos;

- **Prata:** a estrela, o metal e as letras;

- **Vermelho:** o escudo português com faixa na base;
- **Verde:** os ramos de louro, carvalho e cafeeiro;
- **Amarelo:** os frutos do cafeeiro.

CORES				
Cor	CMYK	sRGB	Hexadecimal	Pantone
	9/98/100/0	220/40/40	DC2828	485 C
	86/18/100/4	11/146/31	0B921F	347 C
	3/22/100/0	247/197/32	F7C520	123 C
	0/0/0/100	35/31/32	231F20	Process Black C
	35/28/29/30	128/129/129	808181	444 C

6.4.6. Margens de segurança

- A margem em torno do Brasão com o nome do Governo do Estado de São Paulo é importante para garantir que a imagem não seja invadida por outros logotipos.
- Assim, também evitamos vazamento de cores na hora da impressão, além de protegê-la das linhas de corte do material onde será aplicada.
- Em qualquer uma das versões, as quatro margens possuem a mesma largura. Para saber qual é o tamanho correto dessas margens, você deve utilizar a altura da letra “O” de SÃO PAULO como unidade de medida, conforme os exemplos.
- Fonte: <https://www.comunicacao.sp.gov.br/secom/publicidade/materiais/identidade%20visual>

6.5. Logotipo da ARTESP



6.6. Os uniformes deverão atender todas as exigências dos logotipos e suas respectivas cores.

6.7. Os uniformes deverão atender a grade de tamanho, especificada em cada item da contratação (que vai do PP ao EGG para coletes, camisas, moletons, jaquetas e capas de chuva; do 34 ao 50 para calças e tamanho único para bonés e chapéus).

Das quantidades

6.8. Considerando o quadro de empregados da ARTESP que realiza atividades de fiscalização e/ou serviços expostos à riscos ocupacionais (um total de 109 empregados) e os empregados cedidos que prestam serviços de fiscalização na Agência (6 DER, 7 CPTM, 155 EMTU e 10 do METRÔ), totalizando 287;

6.9. Considerando que a ARTESP conta com um corpo de apoio de fiscalização de, aproximadamente, 50 (cinquenta) pessoas que prestam serviços para a Agência;

6.10. Considerando que cada empregado/cedido receberá um kit de uniformes por ano para o desempenho de suas atividades;

6.11. Considerando que foram divididos os uniformes dos empregados contemplam um número maior de peças e que para os apoios serão oferecidas apenas camisetas pólo, temos as seguintes quantidades estimadas:

- a) **Colete Operacional:** 2 (dois) para cada empregado;
- b) **Camisa Polo Fiscalização:** uma de cada cor para cada empregado;
- c) **Camisa Polo “apoio à fiscalização”:** uma de cada cor para cada apoio;
- d) **Camisa Polo Social:** uma de cada cor para cada empregado;
- e) **Camisa Social:** uma de cada cor para cada empregado;
- f) **Calça Cargo Social:** uma para cada empregado que realiza atividades de representação da ARTESP;
- g) **Calça Cargo Operacional:** uma para cada empregado que realiza atividades operacionais/em campo;
- h) **Boné Estilo Baseball:** um para cada empregado;
- i) **Chapéu Australiano:** um para cada empregado;
- j) **Moletom:** um de cada cor para cada empregado;
- k) **Casaco Operacional:** um para cada empregado;
- l) **Capa de Chuva:** um para cada empregado; e
- m) **Tarjeta:** uma para cada empregado, constando nome e tipo sanguíneo.

Das Certificações e Conformidade

6.12. A capa de chuva deverá atender as disposições das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e as Normas ABNT.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As estimativas das quantidades solicitadas foram definidas com base no levantamento das necessidades apresentadas pelas áreas demandantes, considerando o quantitativo de empregados, cedidos e prestadores de serviço da ARTESP, bem como a periodicidade de reposição e as especificidades operacionais de cada setor, a fim de assegurar o adequado atendimento à demanda durante toda a vigência contratual.

7.2. Os uniformes serão destinados às áreas que realizam atividades de fiscalização e regulação dos serviços públicos delegados de transporte da ARTESP, abrangendo as seguintes superintendências: SUROD, SUMEF, SUINV, SUSAM, SUAEP, SUCOL e SUHID, para os empregados da SUADI que realizam manutenção predial e para os diretores desta autarquia.

Quantidade e tipo de uniforme		Justificativa das quantidades
1	Colete Operacional – 574 unidades	Considerou-se o fornecimento de dois coletes por empregado, servidor ou cedido da ARTESP, de forma a possibilitar a utilização alternada e a reposição imediata em caso de desgaste ou necessidade de higienização.
2	Camisa Polo - <u>Modelo</u> <u>fiscalização</u> – 861 unidades (287 areia, 287 argila e 287 laranja)	Será fornecida 1 (uma) camisa polo de cada cor para cada empregado, servidor ou cedido da ARTESP que atua em atividades de fiscalização. Considerando-se o quantitativo de 287 profissionais e a existência de três cores distintas (areia, argila e laranja) o total a ser contratado perfaz 861 unidades de camisas polo, modelo fiscalização.

3	Camisa Polo - Modelo apoio à fiscalização – 150 unidades (50 areia, 50 argila e 50 laranja)	Será fornecida 1 (uma) camisa polo de cada cor para cada integrante do corpo de apoio à fiscalização da ARTESP. Considerando-se o quantitativo de 50 profissionais e a existência de três cores distintas, o total a ser contratado perfaz 150 unidades de camisas polo, modelo “apoio à fiscalização”.
4	Camisa Polo - Modelo social – 861 unidades (287 areia, 287 argila e 287 laranja)	Será fornecida uma unidade de camisa polo modelo social para cada empregado, servidor e cedido da ARTESP. Considerando-se o quantitativo de 287 profissionais e a existência de três cores distintas (areia, argila e laranja) o total a ser contratado perfaz 861 unidades de camisas polo social.
5	Camisa Social – 574 unidades (287 argila e 287 areia)	Será considerada 1 (uma) camisa social de cada cor para os empregados, servidores e cedidos da ARTESP. Considerando que esse modelo possui 2 (duas) cores, será contratada 574 unidades.
6	Calça cargo modelo social – 287 unidades	Será distribuída uma calça cargo modelo social para cada empregado, servidor ou cedido da ARTESP, totalizando 287 calças.
7	Calça cargo modelo operacional – 287 unidades	Será distribuída uma calça cargo modelo operacional para cada empregado servidor ou cedido da ARTESP, totalizando 287 calças.
8	Boné estilo baseball – 287 unidades	Será distribuído um boné para cada empregado servidor ou cedido da ARTESP, totalizando 287 unidades.
9	Chapéu – 287 unidades (144 areia e 143 argila)	Será distribuído 1 chapéu para cada empregado, servidor ou cedido da ARTESP, totalizando 287 unidades, divididas entre as duas cores existentes (areia e argila).
10	Moletom – 574 unidades (287 laranja e 287 argila)	Serão fornecidas 2 (duas) unidades de moletom para cada empregado, servidor ou cedido da ARTESP, sendo 1 (uma) unidade na cor laranja e 1 (uma) unidade na cor argila, totalizando 574 unidades.
11	Casaco operacional – 287 unidades	Será considerado 1 (um) casaco operacional para cada empregado, servidor ou cedido da ARTESP, totalizando 287 unidades.
12	Capa de chuva – 287 unidades	Será considerada 1 (uma) capa de chuva para cada empregado, servidor ou cedido da ARTESP, totalizando 287 unidades.
13	Tarjeta em velcro – 287 unidades	Será fornecida 1 (uma) tarjeta em velcro para cada empregado, servidor ou cedido da ARTESP, de forma a garantir a identificação padronizada dos profissionais durante o desempenho de suas funções, considerando o quantitativo de 287 profissionais.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 588.302,49

8.1. A estimativa do valor da contratação é de **R\$ 588.302,49 (quinhentos e oitenta e oito mil e trezentos e dois reais e quarenta e nove centavos).**

8.2. Declaração de Formalização do Valor Estimado Definido

(De acordo com o artigo 7º do Decreto Estadual 67.888/2023).

Artigo 7º - O valor estimado definido será formalizado em documento que conterà, ao menos, as seguintes informações:

I - Descrição do objeto a ser contratado;

Trata-se de Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços de confecção de uniformes personalizados para o quadro funcional da ARTESP, nos termos da tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	COLETE OPERACIONAL	574	R\$ 142,68	R\$ 81.898,32
2	CAMISA POLO – FISCALIZAÇÃO COR ARGILA	287	R\$ 70,18	R\$ 20.141,66
3	CAMISA POLO – FISCALIZAÇÃO COR LARANJA	287	R\$ 70,18	R\$ 20.141,66
4	CAMISA POLO – FISCALIZAÇÃO COR AREIA	287	R\$ 70,18	R\$ 20.141,66
5	CAMISA POLO – APOIO À FISCALIZAÇÃO COR ARGILA	50	R\$ 70,18	R\$ 3.509,00
6	CAMISA POLO – APOIO À FISCALIZAÇÃO COR LARANJA	50	R\$ 70,18	R\$ 3.509,00
7	CAMISA POLO – APOIO À FISCALIZAÇÃO COR AREIA	50	R\$ 70,18	R\$ 3.509,00
8	CAMISA POLO – SOCIAL COR ARGILA	287	R\$ 68,18	R\$ 19.567,66
9	CAMISA POLO – SOCIAL COR LARANJA	287	R\$ 68,18	R\$ 19.567,66
10	CAMISA POLO – SOCIAL COR AREIA	287	R\$ 68,18	R\$ 19.567,66
11	CAMISA SOCIAL – COR ARGILA	287	R\$ 124,79	R\$ 35.814,73
12	CAMISA SOCIAL – COR AREIA	287	R\$ 124,79	R\$ 35.814,73
13	CALÇA CARGO SOCIAL	287	R\$ 95,56	R\$ 27.425,72
14	CALÇA CARGO OPERACIONAL	287	R\$ 102,76	R\$ 29.492,12
15	BONÉ ESTILO BASEBALL	287	R\$ 43,20	R\$ 12.398,40
16	CHAPÉU AUSTRALIANO – COR AREIA	144	R\$ 56,78	R\$ 8.119,54
17	CHAPÉU AUSTRALIANO – COR ARGILA	143	R\$ 56,78	R\$ 8.176,32
18	MOLETOM LARANJA QUEIMADO - INSTITUCIONAL	287	R\$ 152,98	R\$ 43.905,26
19	MOLETOM ARGILA - ADMINISTRATIVO	287	R\$ 152,98	R\$ 43.905,26

20	CASACO OPERACIONAL	287	R\$ 248,73	R\$ 71.384,08
21	CAPA DE CHUVA	287	R\$ 188,30	R\$ 54.042,10
22	TARJETA EM VELCRO	287	R\$ 21,85	R\$ 6.270,95
VALOR TOTAL			R\$ 588.302,49	

II - Identificação do agente responsável pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

A pesquisa de preço foi realizada pela Coordenadoria de Recursos Humanos, sob supervisão da servidora Mariana Pereira Maldonado, coordenadora da SUADI/RH.

III - Caracterização das fontes consultadas e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do artigo 3º;

Em atendimento ao disposto no inciso IV do artigo 3º do Decreto Estadual nº 67.888/2023, a pesquisa de preços para a presente contratação foi realizada por meio de consulta direta a fornecedores do segmento, mediante solicitação formal de cotação encaminhada via e-mail.

Foi realizada uma nova pesquisa de preços, considerando que as propostas anteriormente recebidas haviam sido expiradas, dessa forma, as propostas foram atualizadas no mês de dezembro.

Foram contatados 38 (trinta e oito) fornecedores potenciais, abrangendo empresas que já prestaram serviços à ARTESP, como a Quatro por Quatro Uniformes (4x4), vencedora do último certame para fornecimento de uniformes; fornecedores que participaram de processos licitatórios anteriores ou contratações similares realizadas pela Agência; e além de companhias localizadas em sítios eletrônicos especializados na confecção e bordagem de vestuário corporativo.

A seleção dos fornecedores foi pautada pelo artigo 7º, §1º, inciso VIII, do Decreto nº 67.888/2023, que prevê a necessidade de justificar a escolha dos consultados quando adotada a pesquisa direta. Nesse sentido, foram observados critérios como a notória especialização no fornecimento de uniformes, a capacidade de atendimento às exigências técnicas e a disponibilidade de informações comerciais públicas, de modo a garantir que as cotações refletissem parâmetros fidedignos de mercado.

Tal procedimento assegura conformidade com os princípios da isonomia, economicidade e transparência, além de propiciar maior robustez na definição do valor estimado da contratação.

IV - Série de preços coletados;

Dada a complexidade do objeto, que exige uniformes com características técnicas específicas e adequadas ao uso operacional, a apuração dos preços foi conduzida em conformidade com o §4º do artigo 3º do Decreto nº 67.888/2023. Para tanto, procedeu-se à coleta de propostas junto a fornecedores especializados, mediante envio de solicitações de orçamento por e-mail.

Ressalta-se que, anteriormente, já havia sido realizada pesquisa de preços, ocasião em que, das 36 (trinta e seis) empresas consultadas, 2 (duas) informaram formalmente a impossibilidade de apresentação de proposta e 4 (quatro) encaminharam cotações. Dentre estas, 1 (uma) foi desconsiderada por apresentar valor significativamente inferior à média de mercado, destoando das demais propostas recebidas. Com base nas propostas consideradas válidas, o valor estimado da contratação foi apurado por meio da média aritmética simples.

No entanto, após o parecer da CJ, foi realizada uma nova pesquisa de preços, visto que as propostas anteriormente recebidas já haviam sido expiradas;

Dessa forma, com a nova pesquisa de preços, foram consultadas 38 (trinta e oito) novas empresas, e dessas trinta e oito, apenas 06 (seis) submeteram propostas, no entanto, uma delas foi desconsiderada, devido ao seu valor demasiadamente alto (LM Uniformes), considerando as propostas recebidas e o valor estimado da contratação sendo calculado pela média aritmética simples.

Todos os elementos que compõem a memória de cálculo, incluindo as cotações recebidas, com exceção da proposta apresentada pela empresa LM Uniformes, desconsiderada por inexecuibilidade em razão do valor muito alto da média, constam do Mapa

Comparativo de Preços, devidamente instruído nos autos do processo, garantindo rastreabilidade e transparência à formação do valor estimado.

A seguir, apresenta-se, de forma consolidada, a relação dos fornecedores consultados e as respectivas respostas, constituindo a série de preços que embasou a estimativa de custos da presente contratação:

PROPOSTA ENVIADA		STATUS	TIPO DE PESQUISA	VALOR TOTAL
1	Jkom	Proposta recebida	Pesquisa direta	R\$ 518.490,00
2	Multiseg	Proposta recebida	Pesquisa direta	R\$ 528.130,50
3	Revest	Proposta recebida	Pesquisa direta	R\$ 547.190,00
4	Oliveira Uniformes	Proposta recebida	Pesquisa direta	R\$ 572.172,00
5	Diviseg	Proposta recebida	Pesquisa direta	R\$ 589.790,70
6	LM Uniformes	Inexequível	Pesquisa direta	R\$ 984.245,00

Adicionalmente, destaca-se que a cotação apresentada pela empresa LM Uniformes foi desconsiderada não apenas pelo fato de apresentar valor substancialmente superior aos demais orçamentos recebidos, mas também por configurar inexecuibilidade material, considerando que o preço ofertado superou em mais de 50% a média aritmética simples calculada a partir das demais propostas válidas.

Tal discrepância caracteriza desalinhamento evidente com o comportamento de mercado, afrontando o princípio da razoabilidade econômica previsto na Lei nº 14.133/2021, além de contrapor-se aos critérios de estimativa de preços estabelecidos pelo Decreto nº 67.888/2023, que determinam que devem ser considerados representativos apenas os valores compatíveis com práticas usuais do setor.

Assim, a exclusão da proposta da LM Uniformes não apenas se justificou por seu caráter atípico, mas também se fez necessária para preservar a fidedignidade da memória de cálculo, evitando distorções artificiais na composição do valor estimado.

V - Método matemático aplicado para a definição do valor estimado e VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte;

Após o recebimento das propostas, o valor estimado da contratação foi definido a partir da média simples entre os valores coletados.

Todos os orçamentos que dão suporte à memória de cálculo encartam os autos, bem como o Mapa Comparativo de Preços.

VI - Justificativa para o método utilizado, se for o caso, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

Acerca da memória de cálculo, ressaltamos que a escolha pela média simples dos valores exequíveis se baseou no artigo 4º do Decreto e. 67.888/2023, que permite a utilização, como método matemático para definição do valor estimado para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o artigo 3º deste decreto, desconsiderados, previamente ao cálculo, os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Por fim, manifestamo-nos, expressa e conclusivamente, sobre a razoabilidade do preço indicado para a contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Tendo em vista que a contratação envolve o fornecimento integrado de diferentes peças que compõem o uniforme completo dos empregados públicos da ARTESP;

9.2. A aquisição de todos os itens de forma unificada se justifica pelos seguintes motivos:

9.2.1. Padronização do Material e da Qualidade: A aquisição conjunta assegura a uniformidade de cor, tecido, modelagem, acabamento e qualidade entre as diversas peças do vestuário, garantindo que todos os empregados tenham um conjunto de uniformes com padrão visual e técnico homogêneo, condição essencial para a imagem institucional da Agência.

9.2.2. Facilidade na Gestão Logística e Operacional: A centralização do fornecimento facilita a gestão da entrega, o acompanhamento da produção e o controle de recebimento, evitando problemas decorrentes de fornecimentos fragmentados por diferentes empresas, o que poderia comprometer os prazos e a consistência do material recebido.

9.2.3. Eficiência Econômica: A contratação em lote único tende a gerar ganhos de escala, resultando em propostas comerciais mais vantajosas para a Administração, com melhores condições de preço e logística, considerando o volume consolidado.

9.2.4. Natureza do Objeto: Trata-se de um fornecimento de natureza homogênea, voltado a um único público-alvo (empregados públicos da ARTESP), com especificações técnicas compatíveis e interdependentes, razão pela qual o fracionamento não se mostra adequado ou vantajoso.

9.3. Dessa forma, a decisão de não parcelar a contratação está amparada no artigo 40, inciso III, alínea “c” da Lei nº 14.133/2021, que permite a não adoção do parcelamento quando o fracionamento for tecnicamente inviável ou economicamente desvantajoso para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas, concomitantes ou interdependentes que guardem relação direta ou indireta com o objeto desta contratação no âmbito da ARTESP.

10.2. A presente contratação trata-se de uma demanda específica, autônoma e devidamente individualizada, destinada exclusivamente ao fornecimento de uniformes para os empregados públicos, servidores e cedidos da Agência, não havendo dependência técnica, administrativa ou operacional com outros contratos vigentes ou em fase de planejamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está devidamente alinhada com o planejamento institucional da ARTESP, estando prevista no PCA para o exercício de 2025, em conformidade com o disposto no artigo 11 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A previsão orçamentária e a inclusão desta contratação no PCA visam garantir o atendimento tempestivo das necessidades operacionais da Agência, permitindo a adequada reposição e padronização dos uniformes utilizados pelos empregados públicos, servidores e cedidos em suas atividades laborais.

11.3. Ressalta-se que a contratação foi objeto de análise e planejamento prévio, atendendo aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público, conforme diretrizes de gestão das contratações públicas.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente contratação tem como objetivo proporcionar benefícios institucionais, operacionais e funcionais à ARTESP, garantindo a padronização visual e a identidade institucional da Agência, reforçando seu reconhecimento pela sociedade durante a execução de atividades internas e externas. Além disso, busca assegurar segurança e proteção aos empregados, fornecendo vestimentas adequadas às condições de trabalho de cada superintendência, especialmente àqueles que atuam em campo e estão

expostos a condições climáticas adversas, garantindo conforto térmico e proteção física, em conformidade com as normas de saúde e segurança do trabalho.

12.2. A iniciativa contribui ainda para a valorização e bem-estar dos empregados, ao disponibilizar uniformes de qualidade, adequados às funções desempenhadas, confortáveis e alinhados às necessidades operacionais. Por meio de uma gestão logística eficiente, a contratação permite que todos os empregados recebam os itens necessários dentro dos prazos estipulados, com qualidade padronizada, promovendo eficiência operacional e simplificação dos processos internos relacionados ao fornecimento de vestuário institucional.

12.3. Adicionalmente, a contratação assegura o cumprimento das normas internas da Agência, bem como das exigências legais e regulamentares aplicáveis, fortalecendo a conformidade institucional, a segurança no trabalho e a responsabilidade social e ambiental da ARTESP.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A aquisição de uniformes institucionais é necessária para o adequado desempenho das atividades da Agência. Por isso, é fundamental que os materiais utilizados atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, com características que minimizem impactos ao meio ambiente, promovendo o uso responsável de recursos e priorizando insumos e processos que reduzam resíduos e favoreçam a durabilidade e a reciclabilidade das peças.

14.2. Reforça-se que, em que pese a exigência do inciso II do artigo 3º do Decreto nº 68.017/2023, o Estado de São Paulo ainda não editou seu Plano de Logística Sustentável.

15. Justificativa para não Divulgação de IRP

Justificativa para não divulgação da IRP e da não adesão de outros participantes:

15.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem por objetivo tornar públicas as intenções de licitação para registro de preços, possibilitando a participação de outros órgãos governamentais interessados no mesmo objeto e permitindo obter melhores preços através de economia de escala, com base em um quantitativo estimado mais elevado.

15.2. Entretanto, quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, a Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 86, § 1º, dispensa essa exigência quando o órgão licitante é o único contratante, conforme o dispositivo legal a seguir:

***Art. 86 (...):** § 1º - O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.*

15.3. Dessa forma, embora a divulgação da IRP seja uma regra para os órgãos e entidades públicas, é legalmente permitido o seu afastamento quando o órgão gerenciador será o único contratante. No caso específico da ARTESP, o objeto da contratação será de uso exclusivo da Agência, sendo a ARTESP o único órgão contratante.

15.4. Além disso, a ARTESP optou pela não divulgação da presente IRP, bem como pela não adesão de outros órgãos, considerando a capacidade de gerenciamento desta Agência e devido à necessidade de garantir a agilidade na execução deste procedimento licitatório. Essa decisão visa evitar eventuais atrasos que poderiam ocorrer caso outros órgãos participassem, o que demandaria uma estrutura administrativa adicional para gerenciar as Atas de Registro de Preços e ampliaria o prazo necessário para a conclusão do processo.

15.5. Considerando que os empregados a EMTU já foram afastados para a ARTESP e estão desempenhando suas atividades na Agência, é urgente a contratação de EPIs. Qualquer atraso no fornecimento desses itens gerado pela abertura da ata a outros partícipes impactará diretamente na segurança dos empregados da ARTESP e dos demais cedidos que prestam serviço para a Agência.

15.6. Diante do exposto, e com fundamento no art. 86, §1º da Lei nº 14.133/2021, restam plenamente justificadas a não divulgação da IRP e a não adesão de outros órgãos, assegurando a legalidade, a eficiência e o adequado atendimento ao interesse público.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1.1. Considerando todas as informações, análises e justificativas apresentadas nos itens anteriores deste Estudo Técnico Preliminar, esta equipe técnica declara a viabilidade da contratação pretendida, uma vez que a solução atende de forma adequada às necessidades institucionais da ARTESP.

16.1.2. A contratação está devidamente fundamentada sob os aspectos técnicos, orçamentários, operacionais e legais, estando prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, com especificações detalhadas que asseguram a qualidade, a padronização e a adequação dos uniformes às atividades desenvolvidas pelos empregados da Agência.

16.1.3. A solução proposta observa os princípios da eficiência, da economicidade, da sustentabilidade, da isonomia e da competitividade, além de estar alinhada com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, com os decretos estaduais correlatos e com as orientações dos órgãos de controle.

16.1.4. Com base nas avaliações técnicas realizadas, a equipe de planejamento ratifica a viabilidade da contratação, recomendando a continuidade do processo para a fase de instrução da licitação.

16.1.5. A aquisição dos uniformes padronizados configura-se como a solução técnica mais adequada para atender às necessidades da ARTESP, considerando a natureza das atividades desempenhadas pelos empregados e a importância da padronização visual para a identificação, segurança e preservação da imagem institucional da Agência.

16.1.6. A medida também contribui para o conforto, a durabilidade e a segurança dos colaboradores durante o exercício de suas funções, especialmente em atividades externas, garantindo condições adequadas de trabalho e representatividade institucional.

16.1.7. Sob o aspecto econômico, a adoção do sistema de registro de preços permite maior eficiência orçamentária, otimização logística e economia de escala, evitando contratações fragmentadas e reduzindo custos administrativos.

16.1.8. Assim, a solução proposta demonstra-se tecnicamente viável, economicamente vantajosa e plenamente alinhada às diretrizes do artigo 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, e do artigo 5º, inciso VIII, do Decreto Estadual nº 68.017/2023, atendendo ainda ao inciso XIII do mesmo artigo, que exige a adequação da contratação à necessidade administrativa que se busca satisfazer.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEXSANDRO BATISTA DA SILVA

Analista de Suporte à Regulação de Transporte II



Assinou eletronicamente em 13/01/2026 às 14:00:33.



Governo do Estado de São Paulo

MINUTA

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2025

UG	392601 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.			
Gestão	39057 - G.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.			
Data de Emissão				

CNPJ/CPF/UG				
Credor				
Endereço				
Cidade		UF		CEP

Origem Material				
-----------------	--	--	--	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES

No Processo		Acordo		
Tipo de Empenho		Ref Dispensa		
Licitação		Modalidade		
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC

Valor do Empenho R\$				
----------------------	--	--	--	--

Cronograma	

Sequência		Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					



Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--

ANEXO V
MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

Objeto: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços de confecção de uniformes personalizados para o quadro funcional da ARTESP.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MED.	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Colete Operacional	Unid.	574		
2	Camisa Polo - Fiscalização Cor Argila		287		
3	Camisa Polo - Fiscalização Cor Laranja		287		
4	Camisa Polo - Fiscalização Cor Areia		287		
5	Camisa Polo - “Apoio à Fiscalização” Cor Argila		50		
6	Camisa Polo - “Apoio à Fiscalização” Cor Laranja		50		
7	Camisa Polo - “Apoio à Fiscalização” Cor Areia		50		
8	Camisa Polo - Social Cor Argila		287		
9	Camisa Polo - Social Cor Laranja		287		
10	Camisa Polo - Social Cor Areia		287		
11	Camisa Social - Cor Argila		287		
12	Camisa Social - Cor Areia		287		
13	Calça Cargo Social		287		
14	Calça Cargo Operacional		287		
15	Boné		287		
16	Chapéu Australiano - Cor Areia		144		
17	Chapéu Australiano - Cor Argila		143		
18	Moletom Laranja Queimado		287		
19	Moletom Argila		287		
20	Casaco Operacional		287		
21	Capa de Chuva		287		
22	Tarjeta em Velcro		287		
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO					

- Validade mínima da proposta: 60 (sessenta) dias

Dados da empresa:

- a) *Razão Social;*
- b) *CNPJ (MF) nº:*
- c) *Inscrição Estadual nº:*
- d) *Endereço Completo:*
- e) *Endereço Eletrônico:*
- f) *Nome Completo e Identificação do Representante Legal:*
- g) *Qualificação (cargo, CPF):*

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.1**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, Processo SEI nº 134.00020086/2025-92, DECLARO, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)****ANEXO VI.1****MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**
(em papel timbrado do fornecedor)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, Processo SEI! nº 134.00020086/2025-92, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Objeto: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços de confecção de uniformes personalizados para o quadro funcional da ARTESP.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MED.	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Colete Operacional	Unid.	574	R\$ 142,68	R\$ 81.898,32
2	Camisa Polo - Fiscalização Cor Argila		287	R\$ 70,18	R\$ 20,141,66
3	Camisa Polo - Fiscalização Cor Laranja		287	R\$ 70,18	R\$ 20.141,66
4	Camisa Polo - Fiscalização Cor Areia		287	R\$ 70,18	R\$ 20.141,66
5	Camisa Polo - “Apoio à Fiscalização” Cor Argila		50	R\$ 70,18	R\$ 3.509,00
6	Camisa Polo - “Apoio à Fiscalização” Cor Laranja		50	R\$ 70,18	R\$ 3.509,00
7	Camisa Polo - “Apoio à Fiscalização” Cor Areia		50	R\$ 70,18	R\$ 3.509,00
8	Camisa Polo - Social Cor Argila		287	R\$ 68,18	R\$ 19.567,66
9	Camisa Polo - Social Cor Laranja		287	R\$ 68,18	R\$ 19.567,66
10	Camisa Polo - Social Cor Areia		287	R\$ 68,18	R\$ 19.567,66
11	Camisa Social - Cor Argila		287	R\$ 124,79	R\$ 35.814,73
12	Camisa Social - Cor Areia		287	R\$ 124,79	R\$ 35.814,73
13	Calça Cargo Social		287	R\$ 95,56	R\$ 27.425,72
14	Calça Cargo Operacional		287	R\$ 102,76	R\$ 29.492,12
15	Boné		287	R\$ 43,20	R\$ 12.398,40
16	Chapéu Australiano - Cor Areia		144	R\$ 56,78	R\$ 8.119,54
17	Chapéu Australiano - Cor Argila		143	R\$ 56,78	R\$ 8.176,32
18	Moletom Laranja Queimado		287	R\$ 152,98	R\$ 43.905,26
19	Moletom Argila		287	R\$ 152,98	R\$ 43.905,26
20	Casaco Operacional		287	R\$ 248,73	R\$ 71.384,08
21	Capa de Chuva		287	R\$ 188,30	R\$ 54.042,10
22	Tarjeta em Velcro		287	R\$ 21,85	R\$ 6.270,95
VALOR TOTAL					R\$ 588.302,49

ANEXO VIII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO - ARTESP.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, por intermédio do(a) (responsável por gerenciar a ata de registro de preços), com sede na Rua Iguatemi, 105, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.051.955/0001-91 neste ato representada pelo Diretor-Presidente, Sr. **ANDRÉ ISPER RODRIGUES BARNABÉ**, nomeado pelo Decreto, de 04 de outubro de 2024, publicado no DOE de 07 de outubro de 2024, portador da identificação funcional nº 382, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo nº 134.00020086/2025-92, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação **futura(s) de serviços de confecção de uniformes personalizados para o quadro funcional da ARTESP**, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº/20...., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MED.	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT.
1	Colete Operacional	Unid.	574	

2	Camisa Polo - Fiscalização Cor Argila		287	
3	Camisa Polo - Fiscalização Cor Laranja		287	
4	Camisa Polo - Fiscalização Cor Areia		287	
5	Camisa Polo - "Apoio à Fiscalização" Cor Argila		50	
6	Camisa Polo - "Apoio à Fiscalização" Cor Laranja		50	
7	Camisa Polo - "Apoio à Fiscalização" Cor Areia		50	
8	Camisa Polo - Social Cor Argila		287	
9	Camisa Polo - Social Cor Laranja		287	
10	Camisa Polo - Social Cor Areia		287	
11	Camisa Social - Cor Argila		287	
12	Camisa Social - Cor Areia		287	
13	Calça Cargo Social		287	
14	Calça Cargo Operacional		287	
15	Boné		287	
16	Chapéu Australiano - Cor Areia		144	
17	Chapéu Australiano - Cor Argila		143	
18	Moletom Laranja Queimado		287	
19	Moletom Argila		287	
20	Casaco Operacional		287	
21	Capa de Chuva		287	
22	Tarjeta em Velcro		287	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será a **Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.**

3.2. Além do órgão ou entidade gerenciadora, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A fase de apresentação de amostra que seja exigida na documentação que integra o instrumento convocatório, quando houver, e a habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do caput do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021, quando for o caso.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.3. É vedado:

- a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;
- b) restabelecer os quantitativos que já tenham sido contratados desta ata de registro de preços quando da prorrogação de que trata o item 5.1.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do caput do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela

manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no instrumento convocatório mencionado no item 1.1);

11.3. O fornecedor terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração;

11.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo fornecedor:

11.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;

11.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

11.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

11.3.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.5. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de item(ns) específico(s) do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1-

2-

MINUTA

Anexo

Cadastro de Reserva

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MED.	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT.
1	Colete Operacional	Unid.	574	
2	Camisa Polo - Fiscalização Cor Argila		287	
3	Camisa Polo - Fiscalização Cor Laranja		287	
4	Camisa Polo - Fiscalização Cor Areia		287	
5	Camisa Polo - "Apoio à Fiscalização" Cor Argila		50	
6	Camisa Polo - "Apoio à Fiscalização" Cor Laranja		50	
7	Camisa Polo - "Apoio à Fiscalização" Cor Areia		50	
8	Camisa Polo - Social Cor Argila		287	
9	Camisa Polo - Social Cor Laranja		287	
10	Camisa Polo - Social Cor Areia		287	
11	Camisa Social - Cor Argila		287	
12	Camisa Social - Cor Areia		287	
13	Calça Cargo Social		287	
14	Calça Cargo Operacional		287	
15	Boné		287	
16	Chapéu Australiano - Cor Areia		144	
17	Chapéu Australiano - Cor Argila		143	
18	Moletom Laranja Queimado		287	
19	Moletom Argila		287	
20	Casaco Operacional		287	
21	Capa de Chuva		287	

22	Tarjeta em Velcro		287	
----	-------------------	--	-----	--

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MED.	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT.
1	Colete Operacional	Unid.	574	
2	Camisa Polo - Fiscalização Cor Argila		287	
3	Camisa Polo - Fiscalização Cor Laranja		287	
4	Camisa Polo - Fiscalização Cor Areia		287	
5	Camisa Polo - "Apoio à Fiscalização" Cor Argila		50	
6	Camisa Polo - "Apoio à Fiscalização" Cor Laranja		50	
7	Camisa Polo - "Apoio à Fiscalização" Cor Areia		50	
8	Camisa Polo - Social Cor Argila		287	
9	Camisa Polo - Social Cor Laranja		287	
10	Camisa Polo - Social Cor Areia		287	
11	Camisa Social - Cor Argila		287	
12	Camisa Social - Cor Areia		287	
13	Calça Cargo Social		287	
14	Calça Cargo Operacional		287	
15	Boné		287	
16	Chapéu Australiano - Cor Areia		144	
17	Chapéu Australiano - Cor Argila		143	
18	Moletom Laranja Queimado		287	
19	Moletom Argila		287	
20	Casaco Operacional		287	
21	Capa de Chuva		287	
22	Tarjeta em Velcro		287	